

## O gaúcho – da liberdade absoluta da natureza à renúncia da existência socialista: a configuração do sistema de propriedades na obra de Manoelito de Ornellas<sup>1</sup>

The *gaúcho* – from nature’s absolute freedom to the renounce of the socialist existence: the configuration of the property system in the work of Manoelito de Ornellas

**Pâmela Cristina de Lima**  
Graduanda em História  
Universidade de Passo Fundo  
174267@upf.br

**Recebido em:** 02/08/2019

**Aprovado em:** 03/09/2019

**Resumo:** Em meio ao contexto historiográfico brasileiro do século XX, marcado pela orientação luso-brasileira do IHGRGS, Manoelito de Ornellas escreve *Gaúchos e Beduínos* (1948), inserindo na formação rio-grandense traços hispano-platinos, não admitidos em outros autores que escreviam à sombra do Instituto. No presente trabalho, demonstraremos o processo de transição que o autor narra, ou seja, a passagem de um sistema de pastoreio, que não teria conhecido o sistema de propriedade privada, a outro delimitado por sesmarias, o das estâncias.

**Palavras-chave:** Sistema de propriedade; Estância; Gaúcho.

**Abstract:** Amid the Brazilian historiographical context of the twentieth century, marked by the IHGRGS's Luso-Brazilian orientation, Manoelito de Ornellas writes *Gaúchos e Beduínos* (1948), inserting in the Rio Grande formation hispano-platinum features, not admitted by other authors who wrote under the shadow of the Institute. In the present work, we will demonstrate the transition process that the author narrates, that is, the passage from a grazing system, which would not have known the system of private property, to another one delimited by *sesmarias*, that of the *estâncias*.

**Keywords:** Property System; Estância; Gaúcho.

---

<sup>1</sup> Este artigo é vinculado ao projeto de pesquisa “Os sentidos da Farroupilha: entre a poética, a epistemologia e o agir”, ligado ao PPGH-UPF, linha “Cultura e Patrimônio”, e ao grupo de pesquisa NEMEC-UPF (Núcleo de Estudos de Memória e Cultura). A coordenação é do prof. Dr. Fabrício Antônio Antunes Soares.

### Multiplicidade em meio à unilateralidade étnica: introdução

A década de 1940 marcou os primeiros vinte anos da fundação do IHGRGS (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul), como também abrigou os primeiros vinte anos do centenário do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro). Também nessa década, porém mais ao fim (especificamente 1948), é publicada uma obra que vai de encontro àquela historiografia praticada nos Institutos anteriormente citados: *Gaúchos e Beduínos: origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul*, escrita por Manoelito de Ornellas.<sup>2</sup> A obra de Ornellas não foi, necessariamente, a primeira a suscitar controvérsias em relação à historiografia produzida pelos intelectuais do Instituto sulino. Alfredo Varela, na década anterior, também escrevera sobre um tema que estava em voga dentro do IHGRGS e nos meios intelectuais (a Revolução Farroupilha), contrariando o ideal de não-separatismo que pregava a instituição e, ainda, afirmando a existência de intercâmbios sociais, econômicos e sociais entre o Prata e o Rio Grande.<sup>3</sup>

Martins (2017) explicita a importância do Instituto sulino, sobretudo as mudanças que ele trouxe à produção intelectual a partir da década de 1920. O autor destaca que uma mudança significativa se deu no patamar intelectual do Rio Grande, como a organização de um espaço dos intelectuais, que viria a ter relação com a Revista do Instituto e, ainda, com a criação, na Livraria do Globo, de uma sessão editorial relativa às suas produções. É preciso perceber, assim, que o Instituto ganhou fomento em suas produções, contando com uma estrutura concisa (editora, revista...). Dessa forma, o IHGRGS passou a atuar como espaço privilegiado de produção intelectual, cujos autores escreveram alinhados a temáticas e vertentes de interpretação, a exemplo do embate intelectual sobre a existência ou não de intercâmbios entre o Rio Grande e o Prata, protagonizado por Souza Docca e Alfredo Varela (GUTFREIND, 1992).

Obra e contexto estão relacionados mutuamente, uma vez que toda obra é fruto de um contexto e todo contexto possui suas peculiaridades, influenciando diretamente sobre o sujeito que

---

<sup>2</sup> Em 1948, Ornellas publica a primeira edição da obra. Posteriormente, são publicadas outras duas edições, com consideráveis alterações: “Entre a primeira edição, de 1948, e a segunda, de 1956, a obra mais do que duplicou seu volume, recebendo ainda acréscimos também nas edições seguintes, de 1976 e 1999. Além do significativo aprofundamento de conteúdo, foram inseridos um apêndice com transcrição de documentos históricos (cartas-régias, principalmente), acresceram-se mapas e ilustrações, visivelmente endereçadas a provar as dívidas da indumentária gaúcha, sejam brasileiros, argentinos e uruguaios, com maragatos e beduínos, além de fotos e gravuras do Algarve, em Portugal, para ilustrar a arquitetura de origem árabe. Há também um acréscimo do rigor na forma, passando a nomear todas as referências citadas no texto, algumas eram simplesmente incorporadas, entre aspas, sem referências” (THESING, 2015, p. 104).

<sup>3</sup> Sobre o tema, ver VARELA (1933).

delimita seu objeto e se debruça sobre ele (o historiador), tendo influência em suas percepções e concepções.<sup>4</sup> Essa implicação que o contexto tem no discurso histórico é também abordada por Michel de Certeau, para quem o historiador, em seu *metier*, possui como atribuição dar voz ao “não-dito”, ou seja, por meio de seu aparato teórico-metodológico ele é capaz de construir sentidos ao objeto estudado, sentidos estes que são pertinentes apenas dentro de seu contexto (CERTEAU, 1982). Percebe-se, neste caso, que contexto, autor e escritos estão relacionados de maneira singular, influenciando-se mutuamente. O *lugar de produção* interfere na reflexão do historiador e na configuração de seu discurso, seja pelo meio social onde este está inserido (no caso analisado, o IHGRGS), seja pelo contexto no qual escreve e sobre o qual escreve (no caso, Ornellas escreve sobre aspectos da formação do sistema de sesmarias na década de 1940, em meio à efervescência de produções do Instituto sulino).

Em se tratando do contexto historiográfico brasileiro da primeira metade do século XX,<sup>5</sup> cabe destacar a importância fundamental dos Institutos, sobretudo o sulino (a nível de historiografia sul-rio-grandense). Se, da década de 1920 (época de fundação do IHGRGS) a meados da década de 1930 o assunto que esteve em voga foi a Revolução Farroupilha, a partir de 1940 outro tema ganha corpo e ênfase dentro do Instituto: a discussão teórica e historiográfica tangente à *formação* étnica e social do Rio Grande do Sul. Afinal, o que se tinha era um Rio Grande miscigenado ou *puro*? Seria admitido algum grau de influência espanhola? Quais contingentes tiveram participação na *formação* do gaúcho? Estas, além de outras questões semelhantes, nortearam os escritos do período. Muitos foram os intelectuais que se debruçaram sobre tais problemáticas, a exemplo do próprio Manoelito de Ornellas em *Gaúchos e Beduínos* (1948). Tal assunto, assim como a discussão sobre o ideal separatista ou não dos Farrapos,<sup>6</sup> gerou uma série de antagonismos entre os intelectuais, o que foi notável em suas produções.<sup>7</sup>

---

<sup>4</sup> Quentin Skinner, por meio da teoria do *contextualismo linguístico*, propõe a relevância das relações entre o contexto no qual se produz um escrito, o que este último traz como significado e, ainda, a intenção que seu autor apresenta. Sobre o tema, ver SOUZA (2008).

<sup>5</sup> Muitos foram os embates teóricos ocorridos entre os intelectuais do período. Para entender o contexto geral destes debates, ver GÜTFREIND (1992). Em relação ao embate intelectual que ocorreu em torno da Farroupilha, ver RODRIGUES (2013). Sobre o embate intelectual entre Manoelito de Ornellas e Moysés Vellinho, no que tange à “formação” do Rio Grande, ver ALMEIDA (2007).

<sup>6</sup> O período imediatamente anterior a 1935 foi um momento de *efervescência* historiográfica. Ao se aproximar o centenário da Revolução Farroupilha, o debate sobre o ideal dos farrapos adquiriu forma por meio de variadas publicações. Teriam os farrapos fundado uma República autônoma em nome de uma Federação com as províncias, ou tal ação teria se dado como forma de garantir a independência do Rio Grande? Esta questão suscitou uma série de respostas, que por sua vez levaram a antagonismos. Varela (1933), autor que via nos farrapos o ideal do separatismo, foi duramente rebatido e criticado por Souza Docca (1935), que busca demonstrar o quanto o primeiro estaria *errado*

Silveira (2008) resume bem alguns dos elementos que nortearam a escrita dos autores do IHGRGS nos anos 1920 e 1930. Conforme a autora coloca, os autores do Instituto sulino iam além da consulta à documentação e produção de narrativa, chegando a atuar como “juízes” ao escrever, ou seja, emitindo comentários pessoais em relação ao objeto abordado. A autora ressalta, ainda, a questão do trato às fontes: ou eram verdadeiras, ou eram falsas. Esse *status* que adquiriam frente ao historiador tinha a ver com as opiniões e vertentes do mesmo. Pensando esse modo de atuar, típico dos historiadores do IHGRGS nas décadas de 20 e 30 do século passado, percebemos que o tema da Farroupilha concentra estas características ao ser abordado: não há meio termo, mas sim uma intenção claramente separatista (para Alfredo Varela, por exemplo) ou nitidamente não-separatista (para Souza Docca, por exemplo), uma vez que eram “escolhidas” fontes “verdadeiras” no trato do tema, de acordo com a vertente de cada intelectual. Além disso, é perceptível que as narrativas assumem um caráter de opinião em certos pontos, ou seja, os historiadores trabalham emitindo juízos de valor ao escrever. Um exemplo relativo a esse aspecto pode ser visto em *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha* (DOCCA, 1935), onde são trazidos relatos e fontes que dão base às opiniões de *brasilidade* do gaúcho defendidas pelo autor. É a escolha de “fontes verdadeiras”, na visão do autor, que acabam por embasar seus preceitos e opiniões emitidos no texto.

Martins (2015), em sua tese de doutorado, elenca dois momentos diferentes dentro do Instituto sulino. O primeiro momento, iniciado em 1920 e continuado até o fim da década de 1930, teria consolidado o IHGRGS como espaço legítimo de produção histórica. Nessa “fase”, os intelectuais obtiveram êxito ao impor sua visão do mundo social por meio das concepções e ideias presentes em seus textos. Como expoente, conhecemos Emílio Fernandes de Souza Docca, militar que atuou como sócio fundador. No entanto, a partir da década de 1940, se conhece uma ruptura dentro do Instituto. Aquelas visões do período anterior, marcadamente elitistas, políticas e heroizantes, conhecem um outro ponto de foco: o Folclore. Calcado na reinterpretação da ideia de regionalismo, primando por objetos da cultura popular, surge uma nova vertente de

---

em suas concepções. Este último, à sombra dos ideais do IHGRGS, prima pelo ideal do não-separatismo, buscando demonstrar *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha*. Sobre o assunto, ver GÜTFREIND (1992).

<sup>7</sup> Tratar da *formação* do Rio Grande abrange uma série de “subtemas”, como o caso das Missões Jesuíticas, da colonização do território e do contato com o indígena, o *gentio*. O próprio Manoelito de Ornellas conhece um antagonista ferrenho que, ao contrário dele, vê o Rio Grande e o Prata como adversários e diversos no todo. Moysés Vellinho (1964), escrevendo ancorado ao IHGRGS, não admite a similaridade entre *gaúchos* e *platinos*, tal como o faz Ornellas. Ambos os autores atribuem o “primor de sangue” ao contingente europeu, e divergem em questões de formação “racial”: enquanto Ornellas admite a pluralidade étnica, com ressalvas ao negro, e pontua gaúchos brasileiros e platinos como não diversos um do outro, Vellinho diferencia os gaúchos de um lado e outro da fronteira sulina.

historiadores que buscam espaço dentro do Instituto sulino, cujo expoente é Manoelito de Ornellas. Mantém-se um grupo conservador, sob a figura de Othelo Rosa. Neste momento, surge a revista *Província de São Pedro*, que passaria a atuar como meio privilegiado de publicações, buscando legitimação à “disciplina folclórica” em voga e, conseqüentemente, a estes historiadores que sobre ele se debruçavam.

A historiografia brasileira pós-1940, assim como a da década de 1930, ganha um “ponto chave”, que viria a nortear os escritos, as argumentações e as justificativas dos intelectuais do IHGRGS em seus escritos sobre a questão da *formação* étnico-social. Se, anteriormente, o ponto crucial era o ideal dos farrapos, que dividiu opiniões entre separatismo e intuito de federação, a partir de 1940 a discussão passa a ser orientada pela unicidade ou multiplicidade étnica. Não que este fosse um ponto único de estudo e discussão, mas ele era o elemento norteador. A partir dele se deu a argumentação dos mais variados autores como, por exemplo, Manoelito de Ornellas, que logo foi alvo de antagonismos por parte de Moysés Vellinho, em *Capitania d’El Rey* (1964). Tomando os dois autores citados acima como exemplo, perceberemos que o primeiro escreveu considerando a multiplicidade étnica, com ressalvas,<sup>8</sup> enquanto que o segundo primou pelo elemento português, argumentando e justificando sua tese de um Rio Grande lusitano na origem.

Escrevendo pelo viés da multiplicidade étnica, mas não pioneiro nesta forma de interpretar o tema das “etnias formadoras”, Manoelito de Ornellas traça toda uma trajetória da *formação* do gaúcho. Para o presente artigo, consideraremos o período de transição que o autor narra. De início, ele nos mostra um pampa rico em recursos pecuários, cujos rebanhos *chimarrões* (selvagens) abundavam. Após, um pampa em disputa, culminando com a distribuição de lotes e o sistema de estâncias. Mas, para o autor, como se deu esse processo? Haveria, entre os gaúchos, a noção de propriedade, estando em meio a rebanhos e terras abundantes? Além disso, como se deu a implantação de lotes no *deserto*, ou seja, o pampa? Sobre estas questões discutiremos a seguir, tomando como objeto de análise o capítulo inicial de *Gaúchos e Beduínos*, intitulado *O Gaúcho*, ao qual Ornellas dedicou 46 páginas. Objetivamos, por meio do presente artigo, analisar a escrita da História de Ornellas, verificando suas concepções e constructos presentes em seus escritos.

### ***O Gaúcho: algumas considerações sobre o capítulo inicial de Gaúchos e Beduínos***

---

<sup>8</sup> Ornellas inclui o espanhol, o português e o indígena na *formação* social do gaúcho, mas minimiza a importância do contingente negro nesse processo.

O capítulo inicial de *Gaúchos e Beduínos*<sup>9</sup> trata de alguns tópicos principais. Manoelito de Ornellas inicia descrevendo o processo de *formação* do Rio Grande do Sul, atentando aos contingentes étnicos envolvidos no processo. Nesta parte inicial, o enfoque do autor se dá na questão da chegada destes contingentes e, ainda, das dificuldades de acesso pela área litorânea. Em seguida, é iniciado o trato ao tema das fronteiras. As hostilidades entre portugueses e espanhóis acabam por ser ressaltadas, e ganha corpo uma descrição mais densa do que viria a ser o Rio Grande.

Ao meio do capítulo, inicia-se uma caracterização mais concisa do Rio Grande em *gestação*. Começam a aparecer aqueles aspectos de multiplicidade étnica que mencionamos acima, demonstrando o “não-alinhamento” do autor aos ideais de unilateralidade e, conseqüentemente, de “aportuguesamento” produzidos pelo Instituto sulino, o IHGRGS. Percebe-se, também, que são lançadas as bases da construção da figura do gaúcho, ou seja, parte de suas características e construtos sobre ele aparecem nitidamente enfatizadas.

Adentrando mais o texto, em suas páginas finais, pode-se perceber como o autor inicia a “construção” do tipo social do gaúcho, agora de maneira mais concisa. São introduzidas argumentações que conduzem à ideia de miscigenação, ao passo que as semelhanças com o Prata são postas em evidência, desde os caracteres do gaúcho até seu modo de vida, hábitos e costumes. É pontuado o “nascimento” do gaúcho (habitante da área de campanha, conhecedor do modo de vida livre e abundante proporcionado pelo pampa) como resultado do processo de miscigenação entre europeu e indígena, sendo prevalente a primeira ascendência. Cronologicamente, segundo o autor, esse processo se deu no século XVIII, no Uruguai, uma vez que havia muitos homens no “deserto” (pampa), “gente comumente escapada aos carcereiros e à perseguição das tropas de linha da Espanha e do Brasil, a que se chamava de ‘gauchos’ ou ‘gaudérios’” (ORNELLAS, 1948, p. 45).<sup>10</sup> Ao admitir a semelhança entre os gaúchos brasileiros e platinos, Ornellas mais uma vez *contraria* os ideais do IHGRGS, uma vez que sua obra não corrobora com aquele já citado ideal de “aportuguesamento” do Brasil, tão primado pelos intelectuais desta instituição. Em outras palavras, podemos perceber que, para Ornellas, a zona de

---

<sup>9</sup> Tomaremos a sigla GEB para designar a obra em questão.

<sup>10</sup> Neste ponto, Ornellas inicia uma descrição do “tipo” do gaúcho, que vai desde suas vestimentas (lenço, camisas, palas e botas). Mais à frente, descreve o gaúcho em seus caracteres, definindo-o como quietos, melancólicos, corajosos, etc. Esse gaúcho, originado em área platina, reiteramos, aos poucos se estabeleceu em área “brasileira”, entenda-se rio-grandense.

fronteira não é “neutra”, ou apenas marcada por embates: o rio-grandense fronteiro não só duela com o platino em meio ao pampa, como também intercambia com ele culturalmente.

Porém, em meio a tantos aspectos abordados no capítulo, a fase final é a que utilizaremos de maneira mais precisa em nossa análise. A apresentação dos elementos étnicos *formadores* do Rio Grande, das relações entre as potências ibéricas no que tange à partilha do território e, ainda, da admissão de semelhanças entre *platinos* e *gaúchos* teve caráter de introdução para o tema abordado mais densamente ao fim do capítulo: a questão da propriedade. O que Ornellas promove durante o capítulo é a contextualização social, cultural, econômica e política do Rio Grande, fechando o tema com a questão da propriedade, sobretudo ao tratar da distribuição de lotes de terra, as sesmarias, que viriam a originar o sistema de estâncias. Deve-se atentar ao caráter de *transição* do que é narrado: conforme pontuaremos no decorrer da análise, há a ruptura de uma organização coletiva para a introdução do sistema de propriedades.

### **O nascimento do Rio Grande a partir do impulso desbravador: algumas considerações sobre as questões étnicas**

Antes de adentrarmos especificamente a questão das estâncias e da *transição* tratada pelo autor, analisaremos brevemente alguns aspectos que dizem respeito a temas de *formação*. Ornellas introduz o processo de fixação jesuíta no Uruguai, onde teria ocorrido a fundação de Missões Jesuíticas, cujas reduções seriam mais tarde retiradas do poderio espanhol por bandeirantes a serviço da Coroa portuguesa. Seguindo seu rumo, os *desbravadores* teriam se deparado com os paredões de pedra do Nordeste do Rio Grande. Assim, “o passo arrojado, que a ambição alimentára, fôra violentamente impedido pelo traço contínuo das montanhas. O espírito do bandeirante não se deixou, porém, abater diante da primeira tentativa frustrada” (ORNELLAS, 1948, p. 11). Ou seja, a “conquista” e o “desbravamento” seguiram por meio da tentativa de superação da dificuldade encontrada pelos bandeirantes. O Rio Grande do Sul, assim, não fora um território fácil de ser explorado, mas sim um empreendimento que exigiu esforços de seus *desbravadores*. Assim sendo,

O Rio Grande nascia do impulso desbravador de três correntes humanas, diferenciadas nos seus propósitos, mas semelhantes nas suas origens raciais. Pelo Oeste e Sul ingressavam os espanhóis com os estandartes cristãos dos Jesuítas. Pelo Nordeste, os mamalucos de Piratininga e Laguna, impelidos, não mais pelo sonho do ouro e das esmeraldas, mas à procura dos rebanhos

espanhóis e do índio traficável. Pelo litoral, os ilheus, simples arroteadores de terras (ORNELLAS, 1948, p. 13).<sup>11</sup>

Admitidos estes três contingentes como *formadores* do Rio Grande, tanto em seus caracteres quanto e seus hábitos e costumes, Ornellas menciona um quarto, porém com ressalvas:

O negro foi o único elemento inexpressivo, entre os lastros étnicos do nosso surgimento. Por um motivo explicável: o Rio Grande só conheceu, de início, a indústria pastoril, para a qual o africano foi elemento secundário. [...] Não abundaram, por aqui, os escravos porque a nossa única indústria, naquele tempo, não reclamava grande quantidade de braços (ORNELLAS, 1948, p. 15-16).

Assim, estariam consolidados os *tipos étnicos* que tiveram participação na *formação* do Rio Grande. Além de apresentar tais elementos e contingentes como formadores, Ornellas também demonstra como os traços por eles deixados foram definitivos, exemplificando com a figura do porto-alegrense:

É curioso notar como o portoalegrense, apesar do contacto crescente que vem tendo com as mais variadas culturas do mundo, conserva no fundo a marca iniludível de seu passado. Êle se adapta, não há dúvida, ás novas condições que lhe possam ser impostas, mas resiste, na essência, ao poder transformador das novidades. Olhando para trás, vemos como somos parecidos com os nossos antepassados. Parecidos em tudo. Por dentro e por fora. Da fachada ao carater (ORNELLAS, 1948, p. 15).

Desta maneira, o autor não apenas delimita o número de “contingentes formadores”, em detrimento a outros, como também introduz a ideia de parecência entre o colonizador, *antepassado*, e população *atual*, na figura dos moradores de Porto Alegre. O constructo aqui presente é a ideia de essência, de “não perder” os elementos *originais* provindos dos pioneiros do Rio Grande. Mesmo com as mudanças ocorridas e a convivência com outras culturas, as semelhanças continuam, afinal, se dão tanto física quanto psicologicamente. Dessa forma, o gaúcho não dista de seu antepassado; ao contrário, vem a ser a “imagem e semelhança” deste. Por isso, em GEB,

---

<sup>11</sup> Durante o capítulo, Ornellas demonstra como portugueses e espanhóis conheceram rivalidades entre si, que vão desde os Tratados estabelecidos entre as duas potências ibéricas até as hostilidades em relação aos territórios, resolvidas com uso de armas. Se a Espanha, para Ornellas, sentia-se senhora das terras, Portugal tinha uma *política absorvente*, na qual buscava manter cada vez mais territórios sob seu domínio. O próprio Rio Grande é apresentado como uma zona de conflito: “[...] o Rio Grande constituiu *uma zona neutra* entre as irradiações da esfera portuguesa ao norte e da castelhana ao sul, – ocorrência que se refletiu em toda a história de sua formação” (ORNELLAS, 1948, p. 14, grifo do autor).



há a preocupação em evocar um ancestral comum, que vem a ser o beduíno. Independentemente de qual dos contingentes (português, espanhol, açoriano) o gaúcho descende, sua origem é a mesma.<sup>12</sup>

### Disputas sobre as terras: os inúmeros Tratados

As novas terras, tanto platinas quanto *gaúchas*, foram alvo de disputa entre os contingentes luso e hispânico. Por muitos anos, conforme coloca Ornellas, a instabilidade entre as duas Coroas pairou sobre a fronteira sul-rio-grandense. O autor cita inúmeros Tratados, acordados entre Portugal e Espanha, para demonstrar o quão instável era a situação relativa às disputas territoriais.<sup>13</sup> Todos os exemplos trazidos pelo autor serviram para argumentar que ambas as potências ibéricas

Enquanto desbravavam as regiões virgens do Novo Mundo tratando de povoá-las, empenhavam-se entre si numa guerra de rudes embates, procurando cada qual apossar-se da maior e da mais rica extensão. Em defesa das ambições usavam de toda sagacidade política e da força das armas [...] (ORNELLAS, 1948, p. 26).

As terras em disputa eram fortemente ambicionadas. Segundo Ornellas, a natureza dos pampas oferecia a seus habitantes recursos em abundância e, em função destes recursos, Portugal e Espanha teriam empreendido grandes esforços para conquistar e manter tais terras sob seus domínios. Por meio da reiteração da existência constante de embates pelas terras, dados entre as duas coroas ibéricas, Ornellas demonstra a sagacidade de ambas nos ideais de ocupação e colonização, uma vez que as possessões territoriais significavam poder e riquezas às colônias.

No que tange aos Tratados assinados entre Portugal e Espanha, Ornellas evidencia a complexidade da disputa territorial entre ambos. É possível notar, por meio da descrição do autor, as idas e voltas que eles proporcionaram à geopolítica sul-rio-grandense e, ainda, os embates ocorridos até que se chegasse à resolução de conflitos por via diplomática. Além do

<sup>12</sup> Em GEB, Ornellas remonta à origem de Portugal e Espanha como forma de demonstrar a influência árabe-beduína na Península Ibérica e, ainda, traçando um paralelo entre o modo de vida que o *gaúcho* passa a levar e o modo de vida levado pelos beduínos. Assim, mais uma vez, antepassado e *nova geração* são tratados como semelhantes, e os hábitos deste último como transmissão dos hábitos do primeiro. É, assim, a *manutenção da essência*.

<sup>13</sup> É citado o Tratado de Paz de 1715, onde as duas Coroas, lusa e hispânica, acordam a Colônia do Sacramento como posse portuguesa; o Tratado de Madrid, de 1750, onde Portugal *devolve* à Espanha a Colônia do Sacramento e, assim, recebe o Território das Missões como seu domínio. Em 1777, registra-se o Tratado de Santo Ildefonso, que restituía as Missões à Espanha. É reiterada, também, a origem ibérica das disputas: “Partindo de uma extremidade do Atlântico europeu, as nações rivais da Península vieram reencontrar-se na extremidade oposta, na América, donas de imensos territórios cuja vizinhança serviria de estímulo ao recrudescimento desses velhos ódios” (ORNELLAS, 1948, p. 26).

mais, essa tensão constante entre as duas coroas, na visão de Ornellas, era resultante de outras tensões, já deflagradas em solo europeu e *continuadas* em solo colonial.

Ornellas frisa que em meio às inúmeras tentativas de diplomacia entre as potências, pairou a tensão. Nesse processo, apenas o recurso às armas e à guerra teria sido eficiente. O autor pontua o ocorrido como uma espécie de “façanha”, ou seja, atribui contornos heroicos ao fato de pela guerra serem delimitadas as fronteiras, após anos de embate entre as potências ibéricas.

O maior obstáculo referente à manutenção das possessões, para Ornellas, veio a ser o reduzido número de colonizadores. Devido a isso, a Coroa Portuguesa lançou mão de “aventureiros”, pessoas contratadas para atuar na manutenção dos domínios conquistados pelas armas. O autor coloca que, em razão dessa medida de Portugal, a Companhia de Jesus manifestou insatisfação.

#### ***A ausência de toda propriedade: recursos abundantes do deserto do pampa***

Conforme mencionamos acima, os recursos existentes no pampa foram de todo atrativos aos lusos e hispânicos. Mas, quais foram estes recursos? Como se dava o uso das terras e dos recursos? Trataremos destas questões a seguir.

Segundo Ornellas, o gaúcho vivia sem esforços no ambiente do pampa. Ainda segundo o autor, dois foram os fatores que permitiram tal modo de vida: 1) a abundância de rebanhos e 2) a ausência de propriedade. Fora este meio, marcado pelas características do ambiente e de vida, que *formaram* o homem do pampa:

Era pois uma necessidade adestrar-se no *manejo da adaga de gaúcho* ou aguçar os sentidos, para fazer-se vaqueano nas travessias dos campos sem estradas e na luta constante com a polícia do Reino. A vida equestre, a alimentação carnívora, a rude intemperie, os ventos tónicos do Oceano e do Pampa, fizeram o homem magro, duro, ágil e de textura biliosa (ORNELLAS, 1948, p. 44).

O autor segue atribuindo ao meio a *responsabilidade* por *formar* o gaúcho. Ao comparar os campos do pampa com um *deserto* onde pairava a *solidão*, Ornellas condiciona as características do gaúcho (de ser taciturno e silencioso) às características do meio. Esse mesmo meio, cujo principal trabalho desempenhado era o pastoreio, exigia do gaúcho certo caráter belicoso ao lidar com *rebanhos bravios*. Se o habitante do Rio Grande era, em sua essência, como o antepassado, em sua *formação* ele é *espelho* do cenário onde vive: o deserto do pampa, suas atividades e seus recursos.

Além do mais, podemos dizer que Ornellas estabelece um determinismo entre homem e ambiente, onde o fato de o pampa *ser* de tal forma *determinou* a forma de *ser* do gaúcho.

O gaúcho apareceu em condições sociais que nele determinaram a ausência de um conceito inerente à vida civil: o conceito de propriedade. Para ele a terra era de todos, como o ar e como a luz. O gado que pastava sobre os campos indivisos, também a todos pertencia. Adjudicar-se uma extensão de campo ou considerar-se dono de uma parte do gado chucro, era, para o gaúcho, um crime de apropriação indébita, só tolerável sob a força militar, mas, assim mesmo, contrário às suas prerrogativas naturais (ORNELLAS, 1948, p. 50).

Ou seja, as condições de “surgimento” do gaúcho *determinaram* como seriam seus hábitos e até mesmo suas concepções, a exemplo de não conceberem como correta a ideia de haver propriedade privada. Todos os recursos, tal como o gado bovino, eram para usufruto de todos, e qualquer tentativa de apropriação era tida como indevida. O meio social e físico fora *determinante*, segundo Ornellas, para esse elemento da psicologia do gaúcho.

Criado na liberdade absoluta da natureza, [o gaúcho] não concebia a propriedade sinão como um atentado a seus fóros e direitos. Mesmo porque as terras e os gados nunca foram adjudicados aos homens nativos, mas, sim, aos senhores do Reino que vinham tentar, na terra selvagem, a fortuna fácil (ORNELLAS, 1948, p. 50).

A ideia de não haver propriedade sobre os recursos não era somente uma característica psicológica do gaúcho, como também fazia parte de uma espécie de direito que se estabelecera, que feria seus direitos, sua *justiça*.<sup>14</sup> Apenas teria havido certas concessões a membros da metrópole, tentados pelas riquezas e recursos existentes nas *terras selvagens* do território do Rio Grande. Essa cessão de direitos sobre terras e rebanhos, concedidos para metropolitanos ibéricos, acabou por esfacelar, de certa maneira, as terras e recursos comunais tão prezados pelos gaúchos do pampa, conforme coloca Ornellas.

### **O estabelecimento de estâncias e a *carência de liberdade***

---

<sup>14</sup> Algumas páginas antes de referir a apropriação dos recursos como um *abuso* de direitos, Ornellas refere a não-existência de uma lei concisa, mas sim de algo mais informal do que propriamente jurídico: “Como não havia existência nem de lei nem juizes, a justiça era feita por suas próprias mãos. Todas as questões pessoais se resolviam a faca, [...]” (ORNELLAS, 1948, p. 47). A justiça que existia era aquela das *próprias mãos*, e os direitos que a apropriação de terras e recursos acabava ferindo era justamente esse sistema informal de *justiça*.

Já no início do capítulo, Ornellas introduz sua argumentação sobre o tema do estabelecimento de estâncias, ou seja, da fixação de propriedades no *deserto* do pampa. Na página 19, de *O Gaúcho*, o autor cita o Ofício do Vice-Rei ao seu sucessor, do ano de 1842: “só depois da suspensão das armas e das hostilidades que experimentaram, é que os estancieiros – impelidos da fértil e numerosa criação de animais, se foram estendendo e povoando novas fazendas [...]” (SOUSA *apud* ORNELLAS, 1948, p. 19). Ou seja, o estabelecimento de propriedades de criação de gado viria a ser estabelecido quando de um momento de maior *tranquilidade*, quando as disputas por território não fossem mais tão ferrenhas, se conseguindo tocar adiante o empreendimento pecuário na forma de lotes de terra delimitados, contando com um donatário, o estancieiro.

As *encomendas* ou concessões de sesmarias transformaram-se em instrumentos da política imperialista da Metrópole pois, além de incluírem o trabalho servil do índio, eram, também, motivo de um contrato feudal entre o agraciado e o benfeitor ou a subordinação tácita, deste ao Rei (ORNELLAS, 1948, p. 51).

Com o estabelecimento de propriedades e a cessão de lotes pela Coroa, Ornellas traça um paralelo com o sistema feudal (séculos X-XIII), ocorrido na Europa da Idade Média.<sup>15</sup> Neste caso, o trabalho servil se deu pela mão de obra indígena, conforme o autor. A questão de destaque é que, com o sistema de estâncias, o proprietário do lote ficava sob circunscrição da Coroa, sem autonomia em seu empreendimento.

A carencia de liberdade na fase da estrutura econômica da América, acompanhava-se, logicamente, da carencia de liberdade na ordem jurídica. Daí esse sistema, em que o Monarca regulamentava, em seu benefício, as relações de produção e propriedade, e a razão consequente do entorpecimento econômico da América Colonial (ORNELLAS, 1948, p. 52).

Conforme Ornellas, após ser estabelecido o sistema de propriedades na forma de estâncias, onde predominava a atividade pecuária, percebeu-se uma dupla *carência de liberdade*: no âmbito econômico, as propriedades produziam em favor da Coroa portuguesa, à qual estavam submetidas; em relação ao âmbito jurídico, a regulamentação das atividades e das relações de

---

<sup>15</sup> Comparar o processo das estâncias com o sistema feudal europeu trata-se de um equívoco. Primeiramente, este sistema se deu na Europa em razão da ruralização romana, causada primordialmente pela insegurança urbana em função dos saques e invasões germânicas. Em segundo lugar, o senhor feudal europeu adquiriu uma autonomia considerável, a ponto de taxar produtos, definir pesos e medidas, enquanto que o estancieiro esteve submisso aos auspícios da Coroa e, mais tarde, do Império.

produção também estava sob auspício da Coroa. Por tais razões, ambas apontadas por Ornellas em *GEB*, a América Colonial teria sido *entorpecida* em sua economia, ou seja, fadada a um certo atraso, em função de não haver autonomia nem mesmo nas propriedades privadas.

### Os homens do campo e a *alternativa fatal*

Vimos, mais acima, a forma como a vida do *gaúcho* foi apresentada por Ornellas. O meio em que vivia, o pampa, propiciou terras vastas e rebanhos fartos, ou seja, uma combinação de recursos em abundância que propiciou o desenvolvimento da pecuária no *deserto* do pampa. Tais recursos, no entanto, não eram apropriados por homem algum, visto que qualquer apropriação por parte de nativos feria os “direitos” dos gaúchos, direitos estes pautados numa “justiça informal”, que não tinha um código jurídico propriamente registrado. O que vigorava eram as “armas em mãos” na resolução de conflitos.

O modo de vida levado pelo *gaúcho* do pampa fora, também, influenciado pelo meio. A abundância de recursos não tornara o homem do pampa um sujeito sagaz e egoísta, mas sim um tipo social pautado na ideia de *bem comum*, por assim dizer. Ou seja, a demasiada existência de recursos criara no *gaúcho* o sentimento de hospitalidade e gentileza.

Esta abundância mais tarde [quando da fixação definitiva de propriedades] fez do proprietário rural um homem aberto á mais franca hospitalidade, nas cozinhas havia sempre a “manta” de carne gorda, á disposição de quem chegasse e pedisse. [...] a quantidade de gado e o pouco preço da carne era um assombro a todos os estrangeiros e que esta abundância devia influir no caracter e nos hábitos da gente de campo (ORNELLAS, 1948, p. 42).<sup>16</sup>

Portanto, o meio não moldara apenas o homem do campo *imerso* em um estado de liberdade e *compartilhamento* de recursos, ou seja, de uso sem a noção de propriedade ou apropriação de bens, como também influíra nas características que o proprietário viria a *carregar*. Os *hábitos da gente do campo* foram, de todo, moldados pelo pampa, grande personagem da narrativa de Ornellas.

Os homens do campo, segundo Ornellas, viveram um *drama*. Esse drama implicou a perda daquele estado de liberdade do qual gozavam anteriormente, uma vez que os territórios

---

<sup>16</sup> Neste ponto, o autor traça um *contraste* entre dois povos: o campeiro sulino e o tropical. O primeiro aproveitara a abundância existente em suas terras tornando-se viris e rudes, enquanto que o segundo conhecera um estado de ociosidade sedentária.

*comuns*, por assim dizer, dividiram espaço com as propriedades dos estancieiros. Aliás, o sistema de propriedades fora imposto aos *gaúchos* do campo, constituindo uma *fatalidade*.

Os homens do campo foram forçados a renunciar á existencia socialista a que se haviam afeiçoado, para trabalharem de peões nos fogões dos senhores europeus, na propria estancia que havia sido deles, pelo uso e a vida em comum. Chegou, dessa forma, o gaúcho a uma alternativa fatal, em face da autoridade que lhe era excentrica e hostil; ou trabalhar para o patrão ou converter-se em *matreiro* (ORNELLAS, 1948, p. 52-53).<sup>17</sup>

A *existência socialista* referida pelo autor tange àquele tipo de sistema onde os recursos eram de usufruto comunal, ou seja, daquele que vigorava anteriormente, cujas características influíram diretamente na *formação* das características do gaúcho. A *alternativa fatal* do gaúcho, apresentada pelo autor, tem no mínimo duas conotações: a primeira adquire o sentido de garantir seu *status* de homem livre, mais precisamente sem incidentes que o comprometam frente à justiça metropolitana; o segundo ganha um tom mais subjetivo, uma vez que deixavam de trabalhar num “sistema comunal” ao qual eram afeitos, atuando como peões onde antes extraíam seu sustento livremente.

### **Conclusão: do comunal à propriedade – nuances da transição**

Se Ornellas caracteriza de maneira enfática a vida campeira pré-estâncias e destaca a falta de autonomia após o estabelecimento dessas propriedades, o faz com um intuito: demonstrar a transição de um sistema comunal a outro organizado em propriedades. Tal ação é desempenhada durante a narrativa, e abrange os mais variados aspectos. Analisaremos alguns deles, que vêm a ser a questão da liberdade, da justiça e do interesse econômico.

O autor enfatiza o estado de *liberdade absoluta da natureza* em que se encontrava o gaúcho rio-grandense, usufruindo do que a natureza dispunha, ou seja, da abundância de terras e rebanhos no pampa. Quando se dá a concessão de sesmarias, por parte da Coroa, o gaúcho vê ameaçado não só um ou outro lote de terra, mas também o seu modo de vida *livre* e, ainda, seus direitos sobre as terras, as quais não deviam ser apropriadas. O autor coloca que não havia entre o gaúcho campeiro uma noção de propriedade. Os recursos deviam ser de todos. Por isso a

---

<sup>17</sup> No decorrer do parágrafo, o autor explica o significado do termo *matreiro*: “[...] o gaúcho que tinha contas pendentes com a Justiça [da metrópole], cousa frequente no seculo passado [à obra, ou seja, o XIX], e que fugia ás penas do castigo, particularmente ao serviço obrigatório das ‘tropas de linha’ que guarneciam os fortins; [...]” (ORNELLAS, 1948, p. 53).

relutância em relação à apropriação e, pelo mesmo motivo, a concepção de que o sistema de propriedades foi uma “alternativa fatal”.

Outro ponto relevante é a questão da justiça. Ornellas deixa claro que, em meio ao ambiente “comunal” no qual havia se desenvolvido o gaúcho, não havia propriamente uma lei ou juiz, mas sim um sistema onde as questões pessoais “se resolviam à faca”, ou seja, uns resolviam seus contratempos com os outros por meio de métodos próprios, violentos, diga-se de passagem. A partir do estabelecimento das sesmarias, cedidas pela Coroa, a metrópole tomou as rédeas da justiça no Rio Grande. Todo o aparato jurídico passou a ficar sob circunscrição metropolitana, sendo a Coroa quem efetivamente “comandava” a organização, por assim dizer.

Se pensarmos na forma como a economia era concebida pelo gaúcho no período anterior às estâncias, conforme Ornellas, perceberemos que ele era *ocioso*, ou seja, tendo os recursos disponíveis, deles fazia uso de maneira proveitosa, uma vez que as terras e rebanhos estavam “à mão”. Não era um ócio *preguiçoso*, mas sim *produtivo*. Fora o estado de liberdade e de abundância do qual pôde desfrutar que o tornara hospitaleiro e leal. Seu ócio em meio aos numerosos recursos fez com que se tornasse um sujeito dotado de hospitalidade e gentileza, inclusive em relação à cessão de mantimentos, uma vez que não havia “carestia”. O autor contrapõe o ócio do gaúcho (positivo, uma vez que a abundância permitia que o proprietário fosse hospitaleiro, inclusive em relação a mantimentos, estando estes *à disposição de quem chegasse*) ao ócio “tropical” (onde o sedentarismo adquiria contornos de preguiça e improdutividade). Com o estabelecimento das sesmarias, os interesses econômicos da Coroa adquiriram *status* de primazia. Os rebanhos e as terras não eram mais fontes de sustento, apenas, como também passariam a servir como instrumentos de enriquecimento e lucratividade à Coroa.

É possível perceber, assim, que o autor apresenta um Rio Grande “pré-estâncias” e outro “pós-estabelecimento” destas propriedades. Antes de se dar a configuração das propriedades, o gaúcho conheceu seu ambiente de formação social, marcado pela abundância de recursos e pela liberdade com a qual viviam. Após serem distribuídos os lotes, o gaúcho viu suas “terras comunais” diminuídas, e enfrentou um *drama*: trabalhar como peão no que antes lhe era próprio, ou viver como um *matreiro*, um “fora da lei” frente à regulamentação da Coroa lusitana.

Destacamos a ideia de “meio-comum” que o pampa adquire nos escritos de Ornellas. O território era o mesmo na área platina e na rio-grandense. Os hábitos dos povos dos “dois lados” da fronteira também. Além de compartilhar traços comuns, como o ambiente e o modo de vida

*campeiro*, platinos e sul-rio-grandenses conviviam e desempenhavam intercâmbios de cunho cultural, social, etc. Assim, em se tratando de relações entre os povos fronteiros, percebemos que ambos caracterizam o tipo social que o autor denomina como gaúcho. O que ocorre, no entanto, é que coroas diferentes encabeçam cada um dos “lados”, fazendo com que seus interesses sejam preponderantes e, conseqüentemente, desencadeando embates entre gaúchos rio-grandenses e platinos.

Em suma, a abordagem da formação e consolidação do sistema de estâncias no Rio Grande, na obra de Manoelito de Ornellas, é importante em razão do momento de *transição* que esse processo significa, na interpretação do autor. O tema não representa o objeto central da obra (que vem a ser o paralelo entre o gaúcho e o beduíno nos mais variados aspectos). Sua importância se dá em relação ao entendimento da transição: daquele “estado de liberdade”, marcado pela abundância de recursos e pelo ócio do gaúcho (num sentido positivo, reiteramos), se passa a um momento de delimitação de propriedades rurais, cujos donatários não serão mais os gaúchos, mas sim posseiros nomeados pela Coroa de Portugal. Ornellas trabalha, nesse sentido, com a frustração do gaúcho ao se ver trabalhando em tudo o que antes *era seu*. De “senhor” dos recursos a peão, essa transição do papel do gaúcho representa uma nova forma de organização socioeconômica do Rio Grande, que viria a vigorar de maneira efetiva a partir de então.

#### Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Carina Santos de. O debate historiográfico entre Moysés Vellinho e Manoelito de Ornellas. **Spartacus - Revista Eletrônica dos Discentes de História da UNISC**, Santa Cruz do Sul, 2007. Disponível em: [http://www.unisc.br/site/spartacus/edicoes/012007/almeida\\_carina\\_santos.pdf](http://www.unisc.br/site/spartacus/edicoes/012007/almeida_carina_santos.pdf). Acesso em: 01/05/2019.

CERTEAU, Michel. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha. **Separata da Revista do IHGRGS**, II trimestre, ano XV, Porto Alegre: Globo, 1935.

GÜTFREIND, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.

MARTINS, Jefferson Teles. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)**. 2015. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6302>. Acesso em: 22/08/2019.



MARTINS, Jefferson Teles. O papel da “Revista” do IHGRGS e seus autores no processo de institucionalização da História no Rio Grande do Sul. **Revista do instituto histórico e geográfico de Sergipe**, nº 47, 2017, p. 66-79.

ORNELLAS, Manoelito de. **Gaúchos e beduínos: origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. A releitura do passado farroupilha no IHGB (1921-1935): memória republicana e legitimidades intelectuais. **Tempo**, Niterói, v. 19, n. 35, p. 161-183, 2013. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042013000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042013000200010). Acesso em 23/08/2019.

SILVEIRA, Daniela Oliveira. **“O passado está prenhe do futuro”**: a escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920 – 30). 2008. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SOUZA, Vanderlei Sebastião. Autor, texto e contexto: a história intelectual e o “contextualismo linguístico” na perspectiva de Quentin Skinner. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, v. 5, n. 4, ano 5, 2008. Disponível em: [http://www.revistafenix.pro.br/PDF17/ARTIGO\\_16\\_VANDERLEI\\_SEBASTIAO\\_DE\\_SOUZA\\_FENIX\\_OUT\\_NOV\\_DEZ\\_2008.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/PDF17/ARTIGO_16_VANDERLEI_SEBASTIAO_DE_SOUZA_FENIX_OUT_NOV_DEZ_2008.pdf). Acesso em: 01/06/2019.

THESING, Neandro Vieira. **Fronteira, identidade, essência**: a busca das origens do Rio Grande do Sul em Gaúchos e beduínos, de Manoelito de Ornellas. 2015. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

VARELA, Alfredo. **História da Grande Revolução**. Porto Alegre: Editora Globo, 1933. 6v.

VELLINHO, Moysés. **Capitania d’El-Rei**: aspectos polêmicos da formação rio-grandense. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, CORAG. Coleção Meridionais, 2005 (original: 1964).